

Por Redação LEC

O avanço dos órgãos de controle interno nos Estados brasileiros



Quando o assunto é controle interno no poder público, imediatamente todos os olhares voltam-se para a Controladoria-Geral da União. Os motivos são óbvios. Além de cuidar dos interesses do que se passa no Poder Executivo Federal, que no Brasil centraliza proporcionalmente muito mais poder e recursos do que o modelo federativo supostamente deveria ter, a CGU acaba agindo também como uma espécie de formuladora de políticas e práticas de alcance e impacto nacional. Mas, na luta por um ambiente de negócios mais transparentes, eficientes e justos com o setor público, os órgãos de controle interno dos Estados também exercem papel fundamental. E, embora não desfrutem do mesmo grau de conhecimento da CGU, a maior parte deles vem desempenhando o seu trabalho com esmero e contribuindo fundamentalmente para que os recursos públicos não jorrem pelo ralo por desvios éticos de funcionários públicos ou por procedimentos licitatórios falhos, para ficar apenas em dois exemplos clássicos.

Nessa entrevista exclusiva, **Roberto Paulo Amoras** (foto), presidente do [Conselho Nacional de Controle Interno \(Conaci\)](#) e auditor geral do Estado do Pará dá uma visão do situação dos órgãos de controle interno nos estados brasileiros.

Para começar, é possível dar uma visão geral do atual nível de desenvolvimento dos órgãos de controle interno dos estados? São muitas as disparidades entre eles, ou já dá para dizer que existe um piso bastante elevado no trabalho realizado em todos os estados?

Certamente, ainda há diferenças em estágios de desenvolvimento entre os Órgãos de Controle Interno do país e não poderia ser diferente quando se trata de uma federação. É oportuno ressaltar que a principal missão do Conaci – que reúne órgãos de controle interno dos estados, municípios das capitais, do Distrito Federal e da União -, é o fortalecimento institucional de seus membros, por meio do recíproco compartilhamento de boas práticas, como cases de sucesso, da padronização de procedimentos e normativos e da capacitação continuada, respeitada as legítimas autonomias dos entes federativos envolvidos.

Indicamos consulta à publicação “[Panorama do Controle Interno no Brasil](#)”, documento que retrata, em detalhes, o atual estágio dos órgãos de controle interno membros. Salientamos que se encontra em andamento a atualização dos dados, que em breve será concluído e devidamente publicado na 2ª edição do referido documento.

As controladorias/ouvidorias dos estados brasileiros estão conseguindo mensurar, em

termos econômicos, o impacto do seu trabalho preventivo no caixa dos estados? Existem exemplos positivos de associados ao Conaci que você poderia mencionar nesse sentido?

Sim. Há várias iniciativas exitosas que mensuram os resultados das ações dos órgãos de controle interno. No Pará, por exemplo, podemos citar o Siconp – Sistema de Controle Preventivo – Módulos Dispensas e Inexigibilidade de Licitações, sistema eletrônico que monitora, via web, todas as contratações diretas sem licitação, com fundamentação legal amparada nos artigos 24 e 25 da lei nº 8.666/93, desenvolvido pela própria equipe da Auditoria Geral do Estado do Pará (AGE/PA), que após sua implantação já possibilitou a redução no volume desse tipo de contratações no montante de aproximadamente R\$ 6,26 bilhões nos últimos cinco anos, significando expressivo aumento da transparência nos gastos públicos no período. Ressaltamos que há 45 outros casos de sucesso de vários estados e municípios de capitais que podem e devem ser consultados no “[Portfólio: Boas Práticas de Controle Interno](#)”.

Em meio a atual conjuntura de aperto econômico, os órgãos de controle interno dos estados estão sendo enxergados como ferramentas que podem ajudar a arrecadação dos Estados, por meio da aplicação de multas e da recuperação de recursos desviados?

A crise econômica vem afetando todos os agentes envolvidos: empresarial, mercado de trabalho, Administração Pública, esta última, inclusive, com graves problemas fiscais. Somente três estados – Paraná, Maranhão e Pará – tiveram aumento real de arrecadação de tributos, descontada a inflação, no exercício de 2015 em comparação a 2014. Infelizmente, a retração econômica deve se manter e até pode se agravar em 2016. O poder público vai precisar adequar-se de imediato a esse cenário de queda acelerada de receitas.

A qualidade no gasto público será determinante para superar os desafios. Os órgãos de controle interno têm sido instados a compor e até liderar comitês governamentais para propor medidas e garantir sua observância. A gestão pública sempre atua com recursos financeiros escassos frente às demandas sociais, situação que se agrava em cenário de crise econômica-fiscal. Não há espaço para desperdícios de recursos e evitá-los é nossa expertise.

Em linhas gerais, os órgãos de controle interno dos estados estão sofrendo com corte de verbas? Vocês tem uma estimativa de quanto o orçamento do conjunto de associados do CONACI aumentou ou decresceu em 2015 e a estimativa para 2016?

Não podemos esquecer que os órgãos de controle interno são integrantes da Administração Direta dos Poderes Executivos, e não possuem autonomia financeira.

Se há retração de recursos para todas as políticas públicas, evidente que também fomos e seremos partícipes do esforço de reequilíbrio fiscal. A discussão, portanto, não é a redução orçamentária-financeira. Esta pode ocorrer, entretanto deve ser cuidadosa e cirurgicamente negociada para não se constituir em agravamento da própria situação que se pretende combater: o desperdício dos gastos públicos, para o que a atuação dos órgãos de controle interno possa ser um dos principais trunfos para que esse enfrentamento resulte em êxito.

Um melhor compartilhamento de informações e base de dados dos estados pode tornar os processos mais céleres, efetivos e econômicos. Você enxerga um aumento (ou uma melhoria) na integração entre os órgãos de controle interno dos estados? O CONACI tem incentivado movimentos nesse sentido? Podem dar algum exemplo?

Sem dúvida, podemos atualmente assim classificar, há uma intensa interação institucional entre os membros do Conaci, pressuposto que nos habilita ao próximo passo, que seria viabilizar a estratégia de integração corporativa, não entendida, exclusivamente, como a integração entre os diversos sistemas corporativos utilizados e sim como compartilhamento de base de dados e, principalmente, de informações gerenciais estratégicas para os objetivos do controle interno.

O Conaci tem incentivado e apoiado com afinco, podendo ser citado o exemplo do Projeto “Observatório das Despesas Públicas Estaduais”, promovido pela CGU em parceria com os estados e municípios, cuja iniciativa bem representa esse objetivo.

E a integração dos órgãos de controle interno com a CGU, você acredita que o órgão federal tem apoiado e trabalhado bem com as controladorias/ouvidorias estaduais?

A CGU sempre apoiou os órgãos de controle interno dos estados e municípios. A partir da sua filiação ao Conaci esse apoio/colaboração tem sido expressivo e marcante. Em todos os eventos promovidos pelo Conaci desde então temos a participação, direta ou indiretamente, da CGU. Consideramos que a CGU é um órgão de excelência, referência para todos nós, e daí ser tão importante sua integração com o Conaci e, por meio dele, com todos os órgãos de controle interno do país.

Também em linhas gerais, em que áreas os órgãos de controle interno dos estados estão mais investindo neste e nos próximos anos? Os órgãos estão bem preparados em termos de ferramental de TI para dar conta de controlar tantos dados e estruturas complexas como a dos estados brasileiros?

Os investimentos em capital humano serão sempre prioritários. É imprescindível, diante do amplo e complexo universo de atuação dos órgãos de controle interno, contar com um quadro funcional bem qualificado e capacitado, a fim de alcançar a efetividade e excelência exigidas. O conhecimento inteligente do “negócio” controle interno, indiscutivelmente, encontra-se com os servidores que nele atuam. Faz-se imperioso, entretanto, dar escala a esse know-how.

Para tanto, os investimentos em TI são essenciais. Reconhecemos que muito há a avançar nesse aspecto. Precisamos viabilizar fontes de financiamento para tais investimentos. O Conaci vem sistematicamente envidando esforços nesse sentido, inclusive com estabelecimento de parcerias com organismos internacionais. Precisamos do que chamamos de “PROMOIN”, Programa para Modernização e Fortalecimento do Controle Interno.

Fonte: [LEC](#), em 10.03.2016.